



Ministério da Saúde  
Agência Nacional de Vigilância Sanitária  
Formulário Eletrônico

Transação Nº: 9123712023  
Data da Transação: 19/09/2023 13:57

**Dados do Peticionamento**

Empresa:	Nutri Fert Indústria Química Ltda
CNPJ:	06.079.804/0001-04
Assunto:	9021 - PAF - Alteração de Responsável Técnico na AFE, na Autorização Especial (AE) ou no Cadastramento de filial de empresa detentora de Autorização de Funcionamento
Fato Gerador:	5428
Porte da Empresa:	PEQUENA
Valor da Taxa:	R\$ 0,00

**Dados do Documento**

Protocolo:	20230000000899097
Tipo de Documento:	Petição
Expediente:	0994895232
Processo:	25351350193201914

**Fundamentação Legal**

RDC nº 374/20
RDC 345/02
RDC nº 346/02
RDC nº 470/21 art. 10

**Anexos**

**1 - Formulário de Petição de alteração na Autorização de Funcionamento/ Autorização Especial de Empresa para Prestação de Serviços/ Armazenagem em portos, aeroportos, posto de fronteira e recintos alfandegados ou importação por conta e ordem do detentor do registro assinado digitalmente pelo representante legal da empresa constante no contrato social e responsável técnico**

Petição. Alteração RT.docx ( 85 KB )

**2 - Certificado de Regularidade ou Termo de Responsabilidade ou Declaração de Vinculação do Responsável Técnico, emitido pela Entidade Reguladora da atividade do exercício profissional, comprovando seu vínculo com o estabelecimento solicitante e especificando as atividades pleiteadas**

ART Guilherme Nutri Fert.pdf ( 620 KB )

**Responsável pela Transação na Internet**

Tipo do responsável:	Pessoa Física
Nome:	Joaquim Teodorico Lima
Número do CPF:	660.525.809-68

**Autorização**

Identificação da Autorização	3087402 - AFE
------------------------------	---------------

**Responsáveis Anteriores**

CPF	Nome
067.938.089-23	Ronaldo Silveira das Chagas

**Responsáveis Atualizados**

CPF	Nome
067.938.089-23	Ronaldo Silveira das Chagas



Todas as pessoas físicas e jurídicas que se encontrem sujeitas ao regime de vigilância sanitária alcançados pela esfera de competência da Anvisa devem pagar a taxa de fiscalização de vigilância sanitária, excetuando-se os casos de isenção previstos em lei. Esta taxa é um tributo instituído pela [Lei nº 9.782/1999](#), estipulada conforme o Fato Gerador a que esteja relacionada. O seu recolhimento é regulamentado pela [RDC nº 222/2006](#) e alterações. Além do Decreto n. 10.494/2020 o qual instituiu o PagTesouro como plataforma digital para pagamento e recolhimento de valores à Conta Única do Tesouro Nacional. A protocolização das petições está condicionada ao seu recolhimento